

## O uso de redes sociais virtuais para sensibilização e mobilização em ações cidadãs

**Ariel Behr** (Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

**Kathiane Benedetti Corso** (Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

**Everton da Silveira Farias** (Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

**Cesar Augustus Techemayer** (Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

**Jorge Ubirajara da Luz dos Santos** (Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

**Fabiele Rodriguez Pereira** (Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

### Resumo

O presente artigo tem por objetivo a apresentação dos resultados de uma prática de ensino que visa a promoção da cidadania e da participação pela internet. É apresentado na forma de uma pesquisa-ação com alunos do Curso de Administração da Universidade Federal do Pampa, e trazendo ilustrações de uma prática de ensino adotada na disciplina de Sistemas de Informação Gerencial. Como principal resultado da pesquisa destaca-se a possibilidade de inclusão da temática da cidadania no currículo do Curso de Administração, e o perfil interdisciplinar da atividade desenvolvida, também trazendo contribuições ao método de pesquisa utilizado.

**Palavras Chaves:** Web Participação, Redes Sociais, Cidadania, Mobilização.

### Abstract

The goal of this paper is to present the results of a teaching practice that aims to promote citizenship and online participation. It is presented in an action research with students of the Universidade Federal do Pampa, illustrating a teaching practice adopted in the Management Information Systems course. The main result of the research highlights the possibility of inclusion of the theme of citizenship in the Management Course Curriculum, and interdisciplinary profile of the activity, also making contributions to the research method utilized.

**Keywords:** Web Participation, Social Networks, Citizenship, Mobilization.

## 1. Introdução

Uma nova forma de entender, fazer e participar na sociedade surge com o desenvolvimento de comunidades e redes sociais online, sendo este um dos maiores acontecimentos dos últimos anos (LEMOS, 2010). Neste contexto, a própria internet é vista como lócus desta sociedade, e como ambiente propenso para sua interação e participação. A emergência da internet aparece então como um fenômeno que vem a destacar dois elementos essenciais à participação cidadã: a informação e a interatividade (MACIEL, 2008).

Os maiores entusiastas da sociedade em rede, defendida por Castells (2003), veem na internet uma possibilidade de comunicação livre, e da existência de um ambiente de intensas trocas culturais. Mas numa expressão cultural diferente, onde a globalização da política e do social progride mais devagar do que a globalização do mercado e das redes sociais. Ou seja, numa experiência cultural que não é a simples cultura do ciberespaço, mas também uma cultura daquilo que é global, utilizando meios do nosso tempo para agir sobre problemas da nossa época (QUÉAU, 2001).

Esta é a chamada Cibercultura. Uma nova morada para um novo cidadão, um cidadão que discute e dialoga por meio de redes sociais virtuais, e que é capaz de criar uma ágora virtual, vivenciando uma democracia por meio da internet, ou uma Ciberdemocracia (LÉVY, 2002). Mas a mesma rede global que permite esta democracia é a que permite a difusão da alienação e da efemeridade da sociedade atual? É esta a nova Sociedade da Informação? Na visão de muitos críticos, sim. Nesta perspectiva, o uso crescente das TICs levaria a uma subtração do ato de refletir dos indivíduos (WINKLER, 2009), e os valores da rapidez, da eficiência, e da liquidez de tudo seriam novos guias da sociedade.

Este debate leva a reflexões que devem estar presentes nas diversas esferas da sociedade, entre elas, na esfera acadêmica e do ensino superior. O ambiente universitário é naturalmente um ambiente de discussão, e de construção do conhecimento, devendo, nesta criticada sociedade alienada, se apresentar como uma incubadora de ideias e de iniciativas que apresentem alternativas à sociedade. Mas, tendo em mente as ideias de Quéau (2001), estas iniciativas devem ser adequadas à realidade da sociedade, e das comunidades atingidas pela universidade, para que sejam efetivamente mobilizadoras.

Sendo assim, o presente artigo busca responder *de que forma é possível promover ações cidadãs e a participação pela internet em práticas de ensino superior?* Imagina-se que as possibilidades de resposta sejam várias, todavia, alguns cursos superiores, e algumas disciplinas em especial têm maior vocação para trabalhar com estes conceitos. A realidade tratada por este artigo se situa então no contexto da disciplina de Sistemas de Informação Gerenciais (SIG), do quinto período do Curso de Administração, do Campus Santana do Livramento, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no segundo semestre de 2011; e tem como objetivo principal *analisar os resultados de uma prática de ensino que visa à promoção da cidadania e da participação pela internet*. Para a construção deste objetivo, perpassa-se pela descrição da proposta realizada junto aos alunos da disciplina, e pela apresentação dos resultados obtidos com a proposta colocada em prática.

A pesquisa se justifica no momento em que, conforme Gomes (2011, p.30), é capaz de “promover o aumento da diversidade de agentes [...] de instrumentos, meios e oportunidades para que minorias políticas se representem e sejam representadas na esfera pública e nas instâncias de produção da decisão política”, aumentando o potencial participativo e, principalmente, concorrencial de minorias. Para tanto, o presente artigo está estruturado na forma de uma pesquisa-ação que descreve a prática de ensino desenvolvida, abordando a questão central qualitativamente, visando ilustrar experiências, e suas repercussões quando socializadas. Sendo assim, na seção seguinte deste artigo as perspectivas teóricas são

resgatadas; na terceira seção é apresentada a abordagem metodológica da pesquisa-ação aplicada no ambiente educacional; na quarta seção é apresentada a prática de ensino desenvolvida, bem como os resultados obtidos com a proposta; e, por fim, na quinta seção são realizadas algumas conclusões e considerações finais.

## 2. A Cibercultura e a e-Participação

Numa retomada conceitual, a presente seção deste artigo aborda duas perspectivas conceituais que amparam as práticas sociais que acontecem na internet, quais sejam: a Cibercultura e a e-Participação. Com isto, a prática de ensino apresentada melhor se situa, e as reflexões sobre os resultados atingidos podem ser contextualizadas de forma mais adequada.

A cultura, antes de qualquer outra associação, é tida como “aquilo que pode dar a toda pessoa razões para viver e ter esperanças. É o que pode dar meios de agir a fim de aumentar a beleza e a sabedoria no mundo” (QUÉAU, 2001, p.460). É um conceito atemporal, que sobrevive, justamente, por sua capacidade transitória. Aliada à realidade da globalização, a dimensão espacial da cultura se apresenta, mas logo se esvai, diante do caráter permanentemente provisório de tudo, ou seja, da liquidez da vida apresentada por Bauman (2007) e Harvey (2007).

Com a associação à existência e uso intenso da internet e de tecnologias de informação, a cultura passa a ser vista na forma da cibercultura. Uma tipologia da cultura que tem o desafio, como bem abordou Quéau (2001, p.464), de civilizar a globalização; e que só fará jus a este nome quando souber “encarnar as aspirações profundas dos cidadãos planetários em que nos estamos transformando”.

O que se faz é uma inversão de papéis, onde o ente despersonalizado recebe o encargo de resolver os problemas individuais. Em verdade, estas inversões geram contradições que precisam ser adequadamente pensadas, sob novas premissas sociais, onde global e local se perdem, bem como se perde o público e o privado (MAIA, 2011), o individual e o coletivo. A sugestão de Lévy (2002) é a da existência de uma inteligência coletiva em potencial; mas, cabe a retórica para questionar: qual o ser capaz de encarnar esta inteligência? Este seria um reflexo dos aspectos técnicos e materiais imbricados nos aspectos sociais, como propõe Orlikowski (2007) na visão da sociomaterialidade. O que não pode acontecer de forma alguma é que se encare a tecnologia como um ser autônomo, separado da sociedade e da cultura.

Apesar das diferentes visões acerca do uso da internet, Castells (2003) destaca que movimentos sociais têm usado intensamente as novas tecnologias em campanhas concretas, com objetivos mais específicos, relacionados diretamente com seu cotidiano. E é justamente o uso dado a estas tecnologias que deve ser observado. Gomes (2011) bem destaca que a democracia é um sistema que se preocupa com aquilo que é comum ao coletivo e, desta forma, a participação individual não é algo com valor intrínseco, ou com fim em si mesmo, senão um valor que produz um benefício para a comunidade.

São as ações do indivíduo no ciberespaço que propiciam então sua participação cidadã, e assim podem se engajar em processos democráticos e de mobilização social. De acordo com Lemos (2004) um dos principais objetivos deste ativismo eletrônico é combater o desinteresse pela coisa pública e criar canais de participação autênticos. Assim, por meio de blogs, sites ou portais específicos de mobilização, indivíduos podem organizar movimentos, difundir opinião e informação, promover ações físicas e eletrônicas, agregar outras pessoas bem como expressar seus descontentamentos em relação aos problemas cotidianos. Nesse sentido, corrobora Carvalho (2011, p.80) ao afirmar que “o ciberespaço incentiva a

participação da coletividade na busca da construção de uma inteligência coletiva que possa contribuir com a formação da opinião pública a partir dela”.

Neste contexto, a visão de Gomes (2011) se mostra muito apropriada, quando distingue a participação que utiliza a internet de forma *instrumental*, daquela que utiliza a internet como algo *essencial*. A distinção destas duas formas é então o hiato que materializa o intervalo entre as diversas formas de participação pela internet, ou e-Participação. A internet hoje possibilita a participação de forma ativa no processo de comunicação, isto porque os usuários do ciberespaço assumem a posição de receptores, mas por vezes também de emissores. Essa troca de papéis se dá de forma constante entre os diversos indivíduos que se inter-relacionam no ciberespaço. Segundo Guzzi (2009), a primeira etapa da e-Participação é oferecer informação, seguindo para escuta do público, solução de problemas e, por fim, estabelecer um compromisso ou acordo.

Um caso clássico de espaço democrático que a internet oferece e de participação na web é o caso do blog pessoal do Presidente dos EUA, Barack Obama. Criado na época de sua campanha política, o blog pessoal de Obama permitiu que o presidente continuasse mantendo um canal direto dos cidadãos com o governo, utilizando ferramentas gratuitas como o Facebook, YouTube, entre outros, para ouvir, informar e prestar contas de seu Governo. Um exemplo nacional e conhecido mundialmente sobre e-Participação é do Governo do Rio Grande do Sul, com o espaço na web chamado “Governo Digital”, criado em Maio de 2011. O site permite que se estabeleça um diálogo com o Governador, por meio de conversas virtuais com audiências públicas, reclamações e sugestões. Ainda, há uma ferramenta que possibilita enviar perguntas ao Governador. A pergunta mais votada dentre as enviadas naquele mês, é respondida ao vivo pelo Governador.

Os dois exemplos demonstram o compromisso dos governos em manter ativa a participação pública na rede social criada em torno de suas campanhas. São novas formas de fazer política utilizando a Internet. Segundo Guzzi (2009, p.17) “[...] a Internet pode reduzir em muito os custos da participação política e proporcionar um meio através do qual o público e os políticos possam interagir, trocar informações e conversar, de maneira direta e instantânea, eliminando os obstáculos burocráticos”.

De fato, a internet possui um potencial sem igual para que indivíduos se expressem perante a comunidade, todavia este é seu limite: agir enquanto subsídio para que as mudanças possam ocorrer (CASTELLS, 2003). Ou seja, a mudança pode começar na internet, mas culmina na prática.

### 3. Método de pesquisa

O procedimento metodológico utilizado no desenvolvimento desta investigação foi a pesquisa-ação, abordando o problema de pesquisa definido de forma qualitativa. O planejamento da pesquisa-ação tem como ponto de partida uma fase exploratória, e como ponto de chegada a comunicação de seus resultados. André (1995 *apud* Leal e Souza, 2006, p.35) diz que “a pesquisa-ação envolve um plano de ação, plano esse que se baseia em objetivos, em um processo de acompanhamento e controle da ação planejada e no relato concomitante desse processo”. Os resultados são descritos qualitativamente, pois, segundo Leal e Souza (2006), esta é uma forma que envolve a análise dos temas em seu cenário natural, buscando interpretá-los.

A pesquisa-ação é então um tipo de pesquisa social com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, e no qual o pesquisador e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. Este método pode ser

entendido como qualquer tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamental para melhorar a prática, envolvendo a participação dos sujeitos, como professores, pesquisadores e alunos. Na visão de Brown e Dowling (2001 *apud* Tripp (2005, p.447) a pesquisa-ação é um método “que se aplica a projetos em que os práticos buscam efetuar transformações em suas próprias práticas”, assim requerendo ação tanto nas áreas da prática quanto da pesquisa.

De acordo com Tripp (2005, p.445) a pesquisa-ação, ou “investigação-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos”. A operacionalização da pesquisa-ação, na perspectiva de Tripp (2005, p.446), se dá em quatro fases, onde, segundo o autor, “**planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se** uma mudança para a melhora de sua prática”. Desta forma, o aprendizado acontece no correr do processo, tanto naquilo que diz a respeito à prática, quanto naquilo que tange à própria investigação. Estas etapas são representadas na Figura 1.

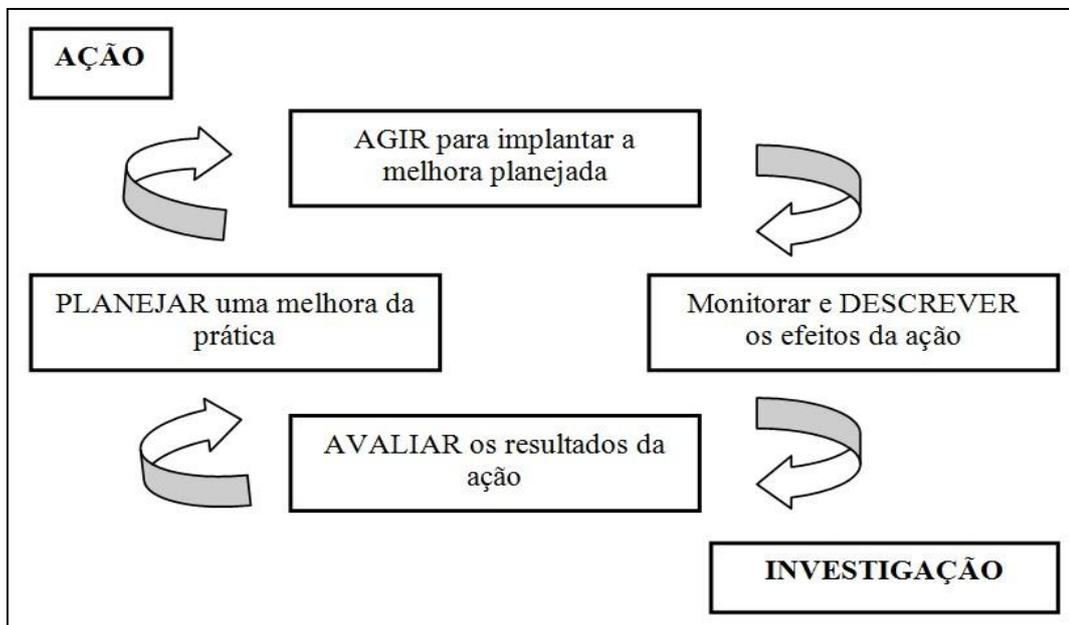


Figura 1: Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação  
Fonte: TRIPP (2005).

Tripp (2005) diz que “há muitos modos diferentes de utilizar o ciclo e executar cada uma das suas quatro atividades. Assim, tipos diversos de investigação-ação tendem a utilizar processos diferentes em cada etapa, e obter resultados diferentes que provavelmente serão relatados de modos diferentes para públicos diferentes”. O importante é que os processos utilizados sejam adequados aos objetivos, às práticas, aos participantes e à situação em que está inserida a pesquisa-ação. Tripp (2005) diz ainda que a documentação da pesquisa-ação é fundamental para o seu progresso, aparecendo muitas vezes na compilação de um portfólio, ou de informações regularmente produzidas pela prática do dia a dia.

No caso deste artigo, para que fossem feitas análises sobre as campanhas e ações desenvolvidas pelos alunos, utilizou-se como dados as tarefas entregues pelos mesmos (descritas na seção seguinte deste artigo), e filmagens das ocasiões onde as campanhas dos alunos foram socializadas perante a turma. Assim, situando a pesquisa nas fases destacadas na Figura 1, tem-se a primeira fase da pesquisa na concepção da prática de ensino e formalização da mesma no Plano de Ensino da disciplina; a segunda fase é verificada na apresentação da

proposta aos alunos e decorrente realização por parte dos mesmos; e a terceira e quarta etapas estão no relatório da atividade, entregue ao Coordenador do Curso de Administração.

#### 4. A proposta de mobilização

A proposta feita aos alunos foi desenvolvida em duas partes: uma sensibilização às possibilidades de participação pela web, e o pedido para que, em grupos, criassem campanhas de mobilização da comunidade local. A sensibilização foi feita com a apresentação de dois vídeos do programa Mod MTV do canal MTV, sobre o Ciberativismo<sup>ii</sup>; apresentação de uma parte do documentário *Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá*<sup>iii</sup>, produzido por Silvio Tendler; e em seguida, a apresentação do site [votenaweb.com.br](http://votenaweb.com.br)<sup>iv</sup>, como um exemplo de iniciativa que busca a participação popular na web. O site apresenta as propostas de Projetos de Lei que estão sendo levado a votação no Congresso Nacional Brasileiro, e permite que o usuário participe dando sua opinião sobre estes Projetos, na forma de comentários e de uma simulação de votação. A descrição do site, colocada por seus desenvolvedores, diz ser “Um site para você se aproximar das decisões do Congresso Nacional que afetam diretamente a sua vida. Vote e seja ouvido”. O site preserva a identidade dos participantes, mas permite que se saiba o perfil dos participantes, filtrando seus resultados por gênero, faixa etária e estado brasileiro em que reside.

A parte da criação das campanhas foi colocada aos alunos na forma de uma tarefa de aula onde os alunos, divididos em grupos de até três alunos, deveriam discutir sobre *como o surgimento das redes sociais virtuais mudaram as relações sociais, as relações empresa-consumidor e sobre como é possível mobilizar pessoas/comunidade por estas redes?* A partir disso os alunos deveriam: i) propor uma campanha, sobre uma causa ou problema que merecesse atenção na cidade de Santana do Livramento<sup>v</sup>, ii) criar um vídeo que durasse entre 05 e 15 minutos e sensibilizasse a comunidade local em prol desta causa ou problema, e iii) divulgar esta campanha por uma rede social virtual. A campanha e o vídeo criados pelos grupos de alunos foram defendidos e discutidos perante a turma, e após isso, divulgados no Facebook, por ser esta a rede social virtual de maior uso entre a turma. A opção pela criação de vídeos, se deu pelo entendimento de que esta é uma mídia mais completa (articulando imagem, texto, som e animação), adequada ao contexto das redes sociais virtuais, e que, além disso, poderia trabalhar a competência de criação e edição de vídeos<sup>vi</sup>.

A proposta foi desenvolvida num intervalo de 16 horas-aula (das 60 da disciplina), dispostas em 08 encontros de 02 horas-aula cada, no período de 04 semanas entre os meses de outubro e novembro de 2011. Dentre estas aulas, foram realizadas em laboratório de informática, práticas sobre possibilidades de ação e interação no Facebook, e de criação e edição de vídeos utilizando o software *Windows Live Movie Maker*<sup>®</sup>. Para reunir as informações veiculadas no Facebook, foi criado nesta rede social virtual um Grupo, com o mesmo nome da disciplina, como se pode verificar na Figura 2.



**Figura 2: Tela do Grupo criado no Facebook**

Fonte: dados da pesquisa

Para que fossem feitas as análises sobre as campanhas e ações desenvolvidas pelos alunos, utilizou-se como dados os vídeos entregues, os registros de postagens e interações no Grupo criado no Facebook, e também a filmagem das apresentações das campanhas criadas pelos alunos, perante os colegas.

#### 4.1 Quanto aos vídeos criados

A primeira tarefa solicitada aos alunos na criação das campanhas foi a definição dos grupos (de até três alunos), e dos temas para mobilização. Foram criados 21 vídeos pelos alunos, alguns reunidos em trios, outros em duplas, mas nenhum vídeo criado individualmente. Como as temáticas centrais dos vídeos deviam tratar de causas que merecessem atenção na comunidade local, a maior parte das temáticas selecionadas estava em questões do cotidiano dos próprios alunos e, obviamente, que traçavam contato com sua realidade. As temáticas amplas desenvolvidas nas propostas, agrupadas posteriormente à criação das mesmas, podem ser verificadas na Tabela 01.

Temática das Campanhas	Quantidade de Propostas
Providências legais e de políticas públicas	07
Limpeza urbana e reciclagem do lixo	05
Trabalho voluntário e auxílio a instituições de	04
Bem estar social	04
Publicização de atos públicos	01
<b>Total</b>	<b>21</b>

**Tabela 01: Temáticas desenvolvidas pelos alunos**

Fonte: dados da pesquisa

As campanhas que tinham foco em *‘Providências legais e de políticas públicas’* focaram principalmente em causas que têm no agente público o promotor da mudança. Entre elas estava uma campanha para dar melhores condições de estágio aos alunos, uma para a criação estacionamentos rotativos, uma solicitando atenção e reparo nos buracos em ruas e calçadas, duas para a revitalização de espaços públicos, e duas para criação de instrumentos de incentivos fiscais. Quando o foco das campanhas esteve em ações visando a *‘Limpeza urbana e reciclagem do lixo’*, duas propostas visaram o aumento da quantidade de lixeiras nas ruas da cidade e a conscientização para seu uso, duas buscaram a identificação e conscientização ao uso de lixeiras de reciclagem disponíveis na cidade, e uma tratou das possibilidades individuais de separação e aproveitamento de resíduos.

Tratando de *‘Trabalho voluntário e auxílio a instituições de apoio’*, duas campanhas deram foco ao trabalho voluntário em escolas municipais, uma ao auxílio de instituição de apoio aos excepcionais, e outra auxílio às pessoas em tratamento de câncer. As campanhas de promoção do *‘Bem estar social’* buscaram, cada uma, a conscientização à necessidade de aumento salarial dos professores do ensino básico estadual, à conscientização para tratamento de usuários de Crack, à conscientização para não ingestão de álcool quando se está dirigindo, e à possibilidade de redução do preço de veículos promovendo a redução do volume de compra dos mesmos. E, por fim, a campanha de *‘Publicização de atos públicos’* teve como objeto a disseminação da informação daqueles vereadores que votaram a favor ou contra o aumento da quantidade de assentos na Assembléia Legislativa.

Quando da socialização das propostas perante os demais alunos e docente da disciplina, algumas temáticas foram refinadas, ou melhor focadas, para que pudessem de fato remeter à mobilização pela rede social virtual, todavia as temáticas das campanhas não foram modificadas.

#### **4.2 Quanto à repercussão dos vídeos e avaliação da proposta**

Durante as discussões em sala de aula, na oportunidade da apresentação das propostas, as discussões que mais se alongaram foram aquelas relativas à criação de instrumentos de incentivos fiscais, na criação de uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) na cidade, e a criação de lojas do tipo *Free Shop* na cidade, para atendimento da população uruguaia e de turistas. Neste momento, o pesquisador se colocou de fora das discussões, e inclusive da mediação das mesmas, que foi realizada pelo próprios alunos. As principais discussões giraram em torno de especulações sobre a possível frustração das propostas, e as causas que poderiam gerar tais frustrações.

Diferente da expectativa gerada pelo pesquisador, a divulgação dos vídeos pelo Facebook não gerou espaços de muita discussão. A maior parte das interações foi feita com sinalizações positivas (clique na ação “Curtir”) em favor dos vídeos e das propostas, porém, este tipo de ação no Facebook não permite manifestações contrárias às postagens. Desta forma, não foi possível identificar opiniões que não legitimassem as campanhas dos alunos.

Como boa parte das campanhas tratava de temas de certo conhecimento dos alunos, e retratava situações problemáticas do cotidiano de muitos, entende-se que as discussões não ganharam novos elementos. A falta da polêmica não necessariamente é uma deficiência da proposta, mas denota uma dificuldade dos alunos em trazer informações que fujam do trivial, e apontem visões críticas aos problemas vivenciados. Um exemplo disso pode ser visto nas campanhas de promoção do *‘Bem estar social’*, onde foi notória a replicação de iniciativas já veiculadas amplamente na mídia, e com argumentos de conhecimento geral. Este fato pode denotar aquilo que os críticos da Sociedade da Informação defendem, ao afirmarem que o uso de TICs pode promover uma ampliação da alienação pela aceitação de ideias e soluções já

pensadas de forma global, e não respeitando as peculiaridades de cada realidade local (RÜDIGER, 2003 *apud* WINKLER, 2009).

No que tange à fase de ‘Avaliar’ da pesquisa-ação (TRIPP, 2005), é possível identificar pontos da prática de ensino que podem ser modificados, a fim de aumentar a participação da comunidade e a interação por meio das redes sociais virtuais. O primeiro ponto de destaque é que poderiam ter sido utilizadas outras formas de divulgação das campanhas, que não somente o Facebook, mas também poderia ter sido encorajada sua veiculação em blogs e sites de notícias da região, ou ainda, em outras redes sociais virtuais, como, por exemplo, o Twitter.

Um segundo ponto de avaliação esteve na objetividade das campanhas. Muitos grupos, na tentativa de atender ao requisito de duração mínima dos vídeos, deixaram escapar o foco central da campanha, dando espaço a argumentos externos a este foco, ou ainda, alongando além do necessário os espaços destinados para imagens, títulos e créditos dos vídeos. Outro ponto que pode ser melhorado esteve na busca por opiniões e argumentos sólidos, e por trazer a visão e as ações de especialistas e da gestão pública em relação às problemáticas identificadas. O tempo destinado à divulgação das campanhas também pode ser revisto, não no sentido de aumentar a quantidade de horas-aula para este fim, mas a longitude temporal das campanhas poderia ter sido maior, sendo a prática de ensino iniciada nas primeiras aulas do semestre letivo, e permitindo que as interações e veiculações da campanha fossem conduzidas até o final deste período de aulas.

E, por fim, se mostrou importante explicitar a isenção política ou partidária do que estava sendo veiculado nas campanhas, tanto para buscar maior imparcialidade nas informações apresentadas, quanto para destacar a isenção do agente público (Universidade e servidores) diante das informações e opiniões apresentadas. E também o estabelecimento de requisitos técnicos de acessibilidade dos vídeos aos deficientes auditivos, realizando a áudio descrição das partes audíveis, por meio de legendas ou tradutor para LIBRAS.

## 5. Considerações Finais

Enquanto estratégia de participação, a prática de ensino apresentada neste artigo pode ser vista de duas formas: convalescente, quando vista pelo ponto de vista da promoção da capacidade de mobilização social das campanhas; porém satisfatória, enquanto condutora dos alunos da Universidade Federal do Pampa à participação cidadã por meio da internet. Se de fato o papel da cibercultura, como trouxe Quéau (2001), está em fazer com que o outro exista, seja ele quem for, acredita-se que a prática desenvolvida se insira nesta realidade. Retomando o objetivo geral do artigo, que esteve em ‘analisar os resultados de uma prática de ensino que visa a promoção da cidadania e da participação pela internet’, entende-se ter atingido o mesmo, no momento em que foi descrita a prática de ensino realizada, apresentados e discutidos os resultados obtidos com esta prática, utilizando método científico condizente com a abordagem do problema de pesquisa e com a apresentação dos resultados.

Destaca-se como principal mérito da pesquisa, a distinção da prática de ensino desenvolvida diante da tendência objetivista e positivista da área da Administração; e ainda o perfil interdisciplinar da abordagem teórica e da própria atividades de ensino desenvolvida, dialogando com aspectos da área da Administração, dos Sistemas de Informação e da Comunicação. Como destaque à abordagem metodológica selecionada, ressalta-se a dificuldade em manter a imparcialidade do pesquisador, para não direcionar os resultados de acordo com suas crenças, mas participar de forma ativa, impulsionando a participação dos alunos. Como limites da pesquisa se verificam as próprias limitações e críticas desenvolvidas à prática de ensino e ao método da pesquisa-ação. E, como sugestões para futuros estudos,

indica-se a possibilidade de serem desenvolvidas pesquisas com estudantes e docentes para verificação de suas percepções acerca da participação pela internet, e das possibilidades de promover ações cidadãs e a participação pela internet em práticas de ensino superior.

## REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- CARVALHAL, M. **A territorialidade e a dimensão participativa na ciberdemocracia - o caso do fórum social mundial**. Salvador, BA: Edições VNI / UCSAL, 2011.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- GOMES, W. Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- GUZZI, D. **Web e Cidadania: A democracia no século XXI**. Ed. Senac: São Paulo, 2009.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- LEAL, A. E. M.; SOUZA, C. E. G. **Construindo o conhecimento pela pesquisa: orientação básica para elaboração de trabalhos científicos**. Santa Maria: Sociedade Vicente Pallotti, 2006.
- LEMONS, A. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34, 2002. 160 p.
- MACIEL, M. F. **A inclusão digital como política pública regional – sondagens sobre a reunificação do espaço e do tempo da participação social**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-americana. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. 2008.
- MAIA, R. C. M. Internet e esfera civil: Limites e alcances da participação política. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. **Internet e Participação Política no Brasil**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- ORLIKOWSKI, W. J. Sociomaterial Practices: Exploring Technology at Work. **Organization Studies**, 28:9, p. 1435-1448, 2007.
- QUÉAU, P. Cibercultura e info-ética. In: MORIN, E. **A Religião dos Saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001. p.460-480
- TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.
- WINKLER, I. Internet, Democracia e Participação Política: Algumas Considerações Teóricas. In: II Encontro de Administração da Informação – EnADI, 2009, Recife/PE. **Anais...**, 2009.

<sup>i</sup> Disponível em: <<http://www.gabinetedigital.rs.gov.br>>. Acesso em 22 fev. 2012

<sup>ii</sup> Disponível em <[mtv.uol.com.br/programas/mod/videos/06-cyberativismo](http://mtv.uol.com.br/programas/mod/videos/06-cyberativismo)>. Exibidos originalmente em 30 de maio de 2011. Acesso em 22 fev 2012

<sup>iii</sup> Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=QKk3-BuYUZU>>. Acesso em 22 fev 2012.

<sup>iv</sup> Disponível em <<http://www.votenaweb.com.br>>. Acesso em 22 fev 2012.

<sup>v</sup> Localizada na região da campanha do estado do Rio Grande do Sul, tem cerca de 80.000 habitantes e faz divisa com a cidade de Rivera (Uruguai). Os limites entre as duas cidades não são separados por nenhuma barreira natural, perfazendo uma “fronteira seca”. No interior das cidades goza-se de uma zona de livre trânsito de brasileiros e uruguaios, e intensas trocas comerciais em lojas do tipo *Free Shop* na cidade uruguaia, onde somente os brasileiros podem fazer compras a preços mais baixos.

<sup>vi</sup> Foram oportunizadas seções de reforço, fora do horário de aula, para os alunos que encontraram maior dificuldade na criação e edição dos vídeos.